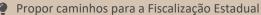




REGULAMENTAÇÃO DA LEI 14.785/2023 DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Objetivos da Apresentação:





Sistema Federativo Brasileiro



Sistema Federativo Brasileiro

Modelo adotado pela CF/88: federalismo centrípeto (descentralização de atribuições, mas com forte poder normativo da União) Constituição detalha competências de cada ente, incluindo municípios (Arts. 21-30, CF).

Brasil |

Constituição extensa e analítica Competências detalhadas para todos os entes Maior centralização na União Municípios como entes federativos

Repartição de Competências:

Municipais (Art. 30)

Privativas da União (Art. 21 e 22) Comuns (Art. 23) Concorrentes (Art. 24)



Constituição sintética

Poderes residuais amplos aos estados

Federalismo mais centrífugo

10ª Emenda: poderes não delegados são dos estados

Autonomia dos Estados:

Auto-organização

Autogoverno

Autoadministração

Autolegislação

Competência Concorrente



Competência Concorrente (Art. 24, CF/88)

Incisos relevantes para a regulação de agrotóxicos:

V - produção e consumo

Inclui normas sobre comercialização, distribuição e uso de produtos

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição

Abrange impactos ambientais dos defensivos

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico

Relaciona-se à responsabilização por danos causados

XII - (...) proteção e defesa da saúde

Engloba medidas de proteção à saúde humana

Competência Concorrente

Dinâmica da Competência Concorrente:

§1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Ponto central para o tema da Lei 14.785/2023

Alterações de Competência: Lei 7.802 → Lei 14.785



Principais Alterações de Competência

Comparação entre a Lei 7.802/1989 e a Lei 14.785/2023 quanto às atribuições dos Estados e DF

Lei 7.802/1989

Art. 10. Compete aos Estados e ao Distrito Federal, **nos termos dos arts. 23 e 24** da Constituição Federal, **legislar** sobre o uso, a produção, o consumo, o comércio e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como **fiscalizar** o uso, o consumo, o comércio, o armazenamento e o transporte interno.

Lei 14.785/2023

Art. 9º Compete aos Estados e ao Distrito Federal, nos termos dos arts. 23 e 24 da Constituição Federal, legislar supletivamente sobre o uso, a produção, o consumo, o comércio e o armazenamento dos agrotóxicos e dos produtos de controle ambiental, de seus componentes e afins, bem como fiscalizar o uso, o consumo, o comércio, o armazenamento e o transporte interno deles.

Ponto Crítico: Art. 11 da Lei 14.785/2023

Art. 11. Os Estados e o Distrito Federal **usarão os dados existentes no registro** dos órgãos federais **para o exercício de suas atividades de controle e de fiscalização**.

Parágrafo único. A publicação do registro dos agrotóxicos, dos produtos de controle ambiental e afins no sítio eletrônico do órgão federal registrante autoriza a comercialização e o uso nos Estados e no Distrito Federal.

Uso de Dados Federais

Informação Unificada e Atualizada

Os Estados passam a utilizar a mesma base de dados o Registro Federal em tempo real. Isso reduz discrepâncias e defasagens de informação, garantindo que atualizações sejam imediatamente acessíveis a todos os fiscais estaduais

Integração Tecnológica (APIs)

Alternativamente, pode-se implementar soluções de TI como

APIs para integração entre sistemas. Os órgãos estaduais poderão conectar seus sistemas ao banco de dados federal para consultar produtos registrados de forma automática

Tratamento de Dados Protegidos e Confidenciais

Com menos bases paralelas de dados, diminui-se o risco de exposição indevida de informações sensíveis, a menos que se opte por usar um sistema próprio com a coleta dessas informações do banco de dados federal

Foco na Fiscalização

A vocação dos Estados é a Fiscalização. É no uso, consumo, comércio, armazenamento e transporte que os problemas acontecem. A Fiscalização tem o poder de evitar intoxicações e danos ao meio ambiente. Com a desburocratização do cadastro, os fiscais podem dedicar mais tempo a ações de campo e inteligência, utilizando dados para identificar riscos e planejar fiscalizações estratégicas

Autorização para comercializar apenas com o Registro



Pode o fiscal autuar com base em lei estadual contrária à lei federal?

Regra Geral (Art. 24, §4º, CF):

"A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário."

Risco de Autuação com Base em Lei Estadual Contrária:

Insegurança Jurídica

Possibilidade de judicialização

Necessidade de adequação das Normas Estaduais

Recomendação Jurídica:

Até que haja adequação da legislação estadual, recomenda-se cautela nas autuações baseadas exclusivamente em dispositivos estaduais contrários à Lei 14.785/2023, especialmente quanto ao cadastro estadual.

Caminhos para Adequação das Normas Estaduais



Atualização da Legislação Estadual

Propor um **novo projeto de lei estadual** ou
emendas à lei existente
para **alinhar às alterações**trazidas pela Lei 14.785/23

Decretos Estaduais Regulamentadores

O Poder Executivo estadual pode editar decretos para regulamentar a aplicação da lei federal no âmbito estadual. Um decreto do governador pode dispor que o Estado reconhece automaticamente os registros federais

Portarias e Instruções Normativas

O órgão responsável pela fiscalização estadual pode expedir portarias, resoluções ou instruções normativas internas orientando os fiscais

Coordenação Interestadual e Federal

Eventos como o ENFISA e a criação de grupos de trabalho entre Estados e MAPA são oportunidades de construir, não só a regulamentação da Lei 14.785, mas também orientações, como uma "cartilha de adequação", para as normas Estaduais

Taxas



Taxa de Cadastro, Renovação de Cadastro, Alterações Pós-Cadastro, etc.

Parecem ser incompatíveis com a sistemática de Cadastro Estadual apresentada pela Lei 14.785/2023

Alternativas:

Busca de recursos financeiros dentro do próprio Estado

Apoio da União Federal (MAPA) - parágrafo único do art. 8º da Lei 14.785/2023

Criação de Taxas vinculadas ao Exercício do Poder de Polícia

Taxas vinculadas ao Exercício do Poder de Polícia



Conceito e Requisitos:

O artigo 145, II, da CF estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia.

O artigo 150, I, da CF exige lei para instituição de tributos (taxas).

O artigo 77, do CTN estabelece que "As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição."

O artigo 78 do CTN **define poder de polícia** como "atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado (...)"

Requisitos para instituição:

Lei específica (princípio da legalidade)

Exercício efetivo do poder de polícia (jurisprudência do STF)

Proporcionalidade entre o valor e o custo da atividade

Recursos devem ser vinculados à atividade

A taxa não pode ser meramente arrecadatória sem uma atividade correlata. O STF já decidiu que a cobrança de taxa de polícia **depende da prestação efetiva do serviço de fiscalização pelo poder público**.

O montante cobrado deve guardar relação com o **custo da atividade estatal** colocada à disposição do contribuinte. Não precisa ser cálculo exato, mas a taxa não pode ser exorbitante a ponto de se tornar um "imposto disfarçado" ou inviabilizar a atividade.

Taxas vinculadas ao Exercício do Poder de Polícia



Elementos da Taxa de Fiscalização:

Fato Gerador:

O exercício efetivo e regular do poder de polícia na fiscalização do uso de defensivos no território estadual.

Exemplo prático: Fiscalização efetiva do uso, consumo, comércio e armazenamento e transporte interno de defensivos

Base de Cálculo:

Não pode ser a mesma de um imposto (ex: faturamento). Deve guardar relação com o custo da atividade estatal de fiscalização direcionada ao contribuinte. Não pode ser a somatória das taxas anteriores

Exemplo prático: Custos da atividade (pessoal, deslocamento, análises, equipamentos, etc.); Mapeie quantos estabelecimentos / propriedades existem no estado e com que frequência devem ser fiscalizados; Divida o custo total anual pelo número ponderado de sujeitos passivos, considerando diferentes níveis de risco e frequência

Sujeito Passivo:

Ex. Empresas titulares de registro, revendas e produtores rurais que atuam no Estado

Periodicidade:

Ex. Anual, conforme definido em lei estadual específica.

Conclusões e Próximos Passos



Síntese e Recomendações

Desafios e oportunidades para os órgãos estaduais de fiscalização

Desafios

Adequação das legislações estaduais à Lei 14.785/2023

Fim do cadastro estadual e das taxas de cadastro

Risco de judicialização por conflito de competências

Necessidade de financiamento para a fiscalização

Acesso aos dados federais para fiscalização efetiva

Oportunidades

Foco na fiscalização como vocação natural dos estados

Desenvolvimento de APIs para acesso aos dados federais ou uso de Sistema do MAPA

Redução de custos e riscos com gestão de informações confidenciais

Maior integração entre os órgãos federais e estaduais

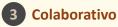
Próximos Passos



Adequação das leis estaduais à Lei 14.785/2023

2 Informática

Desenvolvimento de sistemas para integração com dados federais e capacitação dos fiscais para o novo cenário



Articulação entre estados, União e setor produtivo para implementação harmônica da nova legislação